

13 maio - Não há o que comemorar



Em 13 de maio de 1888, era assinada a Lei Áurea, que dava a liberdade aos negros. Coincidentemente, 128 anos depois, a História do Brasil passa novamente por momentos históricos. Momentos que irão ter impacto direto na vida de todos nós. Assim como em 1888, em que os negros foram jogados à própria sorte, em 2016, mesmo em tempos de combate sistêmico ao racismo e a todo tipo de discriminação, nos defrontamos com o nascimento de um novo governo federal, que de forma grosseira, atinge negros e mulheres. Um governo que nasce

branco, machista e elitizado. Como se negros e mulheres não tivessem uma parte mais que significativa de contribuição na história deste país.

No dia 13 de maio, não temos nada para comemorar. Não fomos libertos, não fomos incluídos na sociedade, não nos foi dada nenhuma chance de dignidade. E mais ainda, no 13/05/2016, fomos rebaixados à categoria da não existência. Não merecemos ou temos capacidade para participar da história deste país a não ser como meros coadjuvantes. O dia 13 de maio não nos representa. Somente podemos lamentar que, após uma década de conquista e avanços, podemos estar diante de um retrocesso. Corremos o risco de voltar aos porões e senzalas, se é que algum dia saímos de fato. Portanto, o dia que temos que comemorar é 20 de novembro, pois é mais um dia de luta, e não de comemoração. Ainda serão precisos mais 128 anos para talvez, de fato, conquistarmos a liberdade e a igualdade em todos os níveis e poderes da sociedade brasileira.

*Conceição Alves,
diretora do Sintect/JFA*



Jurídico

Por Sandro Alves Tavares,
assessor jurídico do Sintect/JFA

Trabalho nos finais de semana

O Sindicato convoca todos os Ectistas que trabalharam nos finais de semana – sábados, domingos e feriados, de forma ininterrupta por meses e anos, e deixaram de prestar as atividades nestes dias, perdendo assim, o adicional de 15% por cento e o tíquete correlato – para que a assessoria jurídica do sindicato possa tomar as medidas jurídicas cabíveis, aptas a aderir na remuneração do trabalhador o adicional do trabalho nos finais de semana, eis que entendemos que o trabalhador não pode ser penalizado com a perda da remuneração por deixar de trabalhar aos sábados, devendo a empresa desta forma, pagar o respectivo adicional definitivamente em sua remuneração.

Sobre a remuneração do trabalhador, para todos os efeitos legais, a CLT prescreve em seu art. 457 e 458 que, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, são integradas as gorjetas que receber, as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações “in natura” que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado.

Se o empregado for celetista, tal gratificação só será incorporada se recebê-la durante um lapso temporal de mais de 05 anos, conforme Súmula 372 do TST.

O TRT da 4ª região julgou caso idêntico, dando procedência à questão, vejamos:

ADICIONAL referente a trabalho em finais de semana deve ser mantido mesmo após suspensão das atividades aos sábados(*)

A 8ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (TRT-RS) condenou a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos a incorporar à remuneração de um carteiro o adicional de 15% referente a trabalho nos finais de semana.

A vantagem é prevista em acordo coletivo para empregados com jornada de 44 horas semanais, que trabalham aos sábados. Porém, o autor parou de trabalhar neste dia e deixou de ganhar o adicional que recebeu por sete anos.

No primeiro grau, a Juíza Lina Gorczewski, da 8ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, indeferiu o pedido. A Magistrada julgou lícita a supressão do valor, pois a condição para manutenção do benefício era o desempenho do trabalho aos finais de semana.

Não conformado, o autor recorreu. A 8ª Turma do TRT-RS reformou a sentença, condenando os Correios a pagar o adicional de forma retroativa, com os devidos reflexos em outras parcelas.

Cabe recurso da decisão. (RO 0000268-48.2010.5.04.0008)

(*)Fonte: Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região Rio Grande do Sul, 19.01.2010

Assim, é direito do trabalhador receber todos os meses a remuneração de 15% por cento, acerca do labor nos finais de semana.

O objetivo da presente é a declaração e reconhecimento da incorporação da verba e parcela à remuneração do autor, e o recebimento da mesma indefinidamente ao contrato de trabalho, pela habitualidade do recebimento, regularidade, não se podendo assim, ver-se diminuída a remuneração de tal adicional.

1º de maio na Sede Campestre



EXPEDIENTE

Publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Empresa de Comunicação Postal, Telegráfica e Similares de Juiz de Fora e Região
Rua Marechal Deodoro, 447/301 - Centro - Juiz de Fora/MG - 36013-001 - e-mail: sintjfa@ig.com.br - Tel: (32)3215-5318 - Fax: (32)3217-9729
Presidente: João Ricardo Guedes (Índio) - Jornalista Responsável: Munique Duarte - MTE 08612 - Impressão: Gráfica União - Telefone: (32)3215-3941 - Tiragem: 1000



Fundado em
21 de novembro de 1988
Filiado a **FENTECT** **CUT**

Notícias Sindicais

Maio de 2016

Informativo Mensal do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Comunicação Postal, Telegráfica e Similares de Juiz de Fora e Região - N°95

www.sintectjfa.org.br

As conquistas estão se esvaindo... e nós?

No dia 27 de abril, aconteceu uma paralisação nacional dos trabalhadores dos Correios, que já estava marcada desde janeiro deste ano, tirada no XVI CONSIN, e que foi referendada por vários trabalhadores de inúmeras forças políticas e de todas as partes do Brasil. O que nos chamou a atenção foi a baixa adesão em Juiz de Fora e algumas cidades. Será que a situação em Juiz de Fora, nas agências e unidades de distribuição, está tão boa assim? E nas demais cidades, onde trabalhadores são explorados e chicoteados pela administração da empresa?

Vale ressaltar a participação dos carteiros do CDD/Muriaé, da UD/São João Nepomuceno e GCAC/Barbacena, que com grande adesão cruzaram os braços, atendendo a chamada do Sindicato e da Federação. Cruzaram os braços não porque não gostam da chefia ou porque não querem trabalhar, mas sim porque não concordam com o sucateamento que está passando a nossa empresa; não concordam com a falta de efetivo e exploração dos trabalhadores nas unidades; não querem compactuar com a cobrança extra implementada no plano BD do Postalhis; não aguentam mais as péssimas condições que passam o nosso plano de saúde; enfim, motivos não faltam para os trabalhadores protestarem, e esses valores os trabalhadores

usaram um direito constitucional para mostrar a sua insatisfação.

Infelizmente, a maioria dos trabalhadores da nossa base não entendem assim. Deixaram de aderir a um movimento legítimo e elencaram várias desculpas para não aderir. Fica o recado. Estamos vivendo a realidade do CDD sem fronteira, onde trabalhadores são mandados cada dia para uma cidade diferente, sem ao menos ter direito à diária; trabalhadores da ativa e aposentados estão tendo que pagar uma taxa extra no plano BD para pagar rombo que trabalhador nenhum tem culpa; dobras constantes na distribuição; falta de segurança nas agências; o adoecimento dos trabalhadores da GCAC; a falta de condições de trabalho para os OTTs e várias situações de exploração que nós, ectistas, estamos passando. Tudo isso nos daria motivos de sobra para paralisarmos e mostrar nossa insatisfação.

A direção da empresa sempre usou métodos para desmobilizar os trabalhadores. Antes usavam as demissões, que sempre aconteciam depois das greves, mas com a OJ 247 esse método foi vedado, e então a empresa começou a usar os descontos dos dias parados, desmobilizando muita gente. Mas usa também o método da pressão sobre os trabalhadores que aderem aos movimentos, ameaça de tirar funções de motorizados, promessas de eventualidade para



supervisão ou motorizados, e conta com a ajuda dos puxa-sacos de plantão, que com vários interesses pessoais ficam tentando fazer a cabeça dos trabalhadores para que eles não façam greve.

Companheiros, a campanha salarial se aproxima e as tentativas de retiradas de conquistas acontecerão. Temos algumas escolhas, ou ficamos de braços cruzados olhando a retirada dos 70% de férias, vale-peru, anuênios, e outras, ou vamos pra luta e resistimos a esses ataques. Sem divisionismo político ou de função, todos, carteiros, atendentes, OTTs e suporte, temos que nos unir por melhores condições de trabalho e um salário decente. Estamos passando por um momento em que não vamos lutar apenas para manter conquistas, mas também para manter nossos empregos, pois as ameaças de privatização da empresa são constantes. Muitos estão pensando somente em si, e pagando pra ver o que acontecerá, outros estão se deixando explorar no dia a dia e abrindo mão de direitos que foram conquistados através de muitas lutas. Temos que pensar um pouco na força que temos e mostrar essa força para quem empunha o chicote que açoita os trabalhadores da ECT. “Libertei mil escravos. Podia ter libertado outros mil se eles soubessem que eram escravos” – Harriet Tubman

Alan Marques, diretor do Sintect/JFA



Tempos de incertezas

Companheiras e companheiros;

Neste momento conturbado da nossa política, se faz necessário fazermos uma grande reflexão quanto ao rumo que devemos norrear. Não podemos, em hipótese alguma, baixar a cabeça e ficarmos acuados diante de um cenário extremamente desfavorável a nós, trabalhadores(as). O que podemos sentir e perceber é que o novo governo que está aí, embora provisório, pode se tornar definitivo até o final de 2018, e está vindo com propostas definidas de ataques às conquistas que alcançamos a duras penas. E ele já deu mostra que vai vir com toda a sua força, tarefa corrupta e perversa, para a retirada de direitos. É de vital importância, neste momento, aglutinarmos forças para que possamos enfrentar tudo o que vai vir

contra nós, a começar pela abertura do capital da empresa, em que fatalmente nossa estabilidade pode cair e ficarmos reféns de gestores inescrupulosos para fazer o que bem entenderem com o trabalhador(a). As conquistas que marcaram nossas lutas com demissões, agressões por parte da polícia, agressões pejorativas dos governos de direita, chamando os trabalhadores(as) ecetistas de cachaceiros e vagabundos nas históricas paralisações, tudo isso poderá voltar com esse governo que acaba de ser instalado. E não se enganem, para cobrir esse rombo bilionário, eles vão até as últimas consequências. Portanto, não há espaço para vaidades. Estejamos preparados para resistir aos ataques que vamos sofrer. O SINTECT/JFA vem



alertando, através de seus informativos, jornais, setoriais, rádios e tribuna livre em Câmaras Municipais, o sucateamento da ECT, para que possa a curto prazo ser privatizada de fato. Temos que tomar uma postura, em que a luta tem que estar na nossa ordem do dia. Os trabalhadores do chão de fábrica, carteiros, atendentes e otts, juntamente com o seu Sindicato, têm esse compromisso com a luta e a defesa de suas conquistas e seus postos de trabalho.

“Lute com determinação, abrace a vida com paixão, perca com classe e vença com ousadia, porque o mundo pertence a quem se atreve e a vida é muito bela para ser insignificante.”
- Charles Chaplin

Acesse
sinctectjfa.org.br,
nossa página no Facebook
e nosso canal no Youtube!

Por Geraldo França, diretor de Saúde do SinTECT/JFA

Saúde e Você

Restrições médicas e reabilitação profissional

É muito importante para os trabalhadores com problemas de saúde que conste no ASO (Atestado de Saúde Ocupacional), e no seu prontuário médico na ECT, suas restrições, se assim o médico entender na sua análise do problema. Ao elencar as restrições no ASO e em relatório no prontuário, o médico mostra o seu inquestionável senso de cuidado para com o trabalhador em análise. É obrigação a promoção da saúde do trabalhador, conforme conduta do médico do trabalhador, ANAMT, Associação Nacional da Medicina do Trabalho, para que a saúde do trabalhador não seja colocada em risco.

Vale ratificar as restrições detalhadamente expressas de forma escrita no próprio ASO, com uma cópia para o trabalhador e uma na Medicina do Trabalho da Empresa. São vedadas pelo médico as informações confidenciais obtidas no exame, inclusive se houver exigência dos dirigentes da empresa. Salvo se o silêncio puser em risco a saúde dos empregados ou comunidade.

Visando a preservação da integridade do empregado, a comunicação ao empregador quanto às limitações do examinado reveste-se

de elevado senso de cuidado e zelo. Já o silêncio se configura como omissão e ofensa ao aludido art. 76 do Código de Ética Médica.

Por tudo isso, trabalhador, a empresa é obrigada por lei a respeitar suas restrições médicas, e não adianta o gestor fazer pressão. É inadmissível você ter uma restrição e fazer uma função que a restrição não comporta. Se você fizer, poderá ter prejuízos, até mesmo fatais. Denuncie se você está sofrendo pressão ou se suas restrições médicas não estão sendo respeitadas. O SinTECT/JFA tomará as providências cabíveis.

Reabilitação profissional

A reabilitação profissional, no art. 136, foi instituída para proporcionar aos beneficiários, parcial ou totalmente, para o trabalho em caráter obrigatório, independente de carência, e as pessoas portadoras de deficiência por meio indicados, o regresso no mercado de trabalho e no contexto em que vivem. Cabe ao INSS promover a prestação de que se trata esse artigo ao segurados, inclusive aposentados, até o

com as possibilidades administrativas, técnicas e financeiras e as condições legais do órgão.

Na verdade, a perícia médica poderá encaminhar os trabalhadores afastados no INSS para reabilitação se analisarem que você não tem condições de retornar para a mesma função ou o médico assistente ou o médico do trabalho poderá ao examinar o seu problema encaminhá-lo ao INSS com recomendação ou restrição para ir para a reabilitação profissional.

Na reabilitação, você entrará com vários profissionais e eles entrarão em contato com a ECT sobre o seu problema, e onde você poderá ser reabilitado. Ao final, uma perícia médica fará as restrições. Você deverá fazer o trabalho que foi decidido na reabilitação. O gestor não poderá mandá-lo para outros trabalhos fora do documento de reabilitação, sob pena de ser denunciado no INSS por não respeitar as condições celebradas entre INSS e Correios.

Portanto, trabalhador ecetista, não deixe seus direitos passarem para os outros, pois senão poderá se arrependar amargamente. E o único culpado será você mesmo. Nenhum direito a menos. Saúde é sério. Faça valer os seus direitos.

Oposição do CDD/Norte ao Sintect/JFA - testemunha contra trabalhador

Enquanto o SINDICATO corre atrás para defender os direitos dos trabalhadores, principalmente nas questões ligadas a acidente e/ou doenças adquiridas no trabalho, pessoas ligadas à oposição ao sindicato são testemunhas da empresa em audiências na justiça contra os trabalhadores doentes, devido às más condições de trabalho. É inadmissível que “pessoas” que almejam dirigir um sindicato de trabalhadores compareçam à Justiça do Trabalho para depor e prestar depoimentos contra trabalhador doente por acidente do trabalho.

O SINDICATO defende integralmente todos os trabalhadores na luta dos direitos violados. Pelo que percebemos, há trabalhadores, principalmente da oposição, que se diz CIPEIRO e que, a priori, deveria estar do lado do trabalhador, se presta a fazer parte do complô exercido por uma direção que nos últimos tempos corta flagrantemente todos os direitos dos trabalhadores, a saber: plano de saúde; condições de trabalho dignas; PLR e etc. Desta forma, sabemos que nada irá melhorar se não demonstrarmos todo o nosso inconformismo com a situação da empresa em vez de ir a uma audiência trabalhista enfatizando que a empresa

segue as normas trabalhista. É realmente lamentável.

Podemos exemplificar com o caso do trabalhador, aposentado por invalidez, devido a um assalto que sofreu em agência dos CORREIOS, na cidade de São Francisco do Glória. Ele passará a receber toda a remuneração em contracheque numa decisão exarada pelo M. M. Juiz de Muriaé, onde condenou os CORREIOS pelas péssimas condições de trabalho a pagar ao Ecetista, mesmo este estando aposentado, a remuneração integral devido aos danos que a empresa lhe causou. O Sindicato, assim, reafirma o seu compromisso em defender a classe trabalhadora, e repugna manifestações de trabalhadores que se prestam a testemunhar a favor da empresa, noticiando ainda que a empresa segue as normas trabalhistas diante de um tribunal, e ainda tem a cara de pau de mentir “que nada de errado há na unidade”. Não sabemos se por completa ignorância ou apenas para puxar o “saco” do chefe, visando assim galgar uma função dentro da empresa, pois, como candidato a dirigente sindical e um bom cipeiro, está totalmente equivocado.



Tribuna livre em Volta Grande-MG defende permanência dos Correios na cidade

Nós, da diretoria do SINTECT/JFA, estivemos em 03/05/2016, na cidade de Volta Grande, convidado pelo vereador Luiz Cláudio, para debatermos os Correios em uma tribuna livre, presidida pela vereadora Luciane (Presidenta), vereador André Luiz (vice-presidente) e vereadora Rosemay (secretária).

Os vereadores presentes, além dos componentes da mesa diretora e o Vereador Cláudio, foram Hélcio, José Alberto, Mário e Rone. Depois de expormos a situação dos Correios e a possibilidade do fechamento da Unidade de Atendimento de Volta Grande, o vereador Cláudio manifestou a preocupação, seguido pelo vereador Hélcio, que disse que “compraria esta briga” contra o fechamento dos Correios nesta cidade. A secretária, vereadora Rosemay, manifestou encaminhando procedimento como carta ou documento similar, cobrando de deputados e senadores a continuidade dos serviços prestados pelo Correios.

Agradecemos a Câmara de Vereadores de Volta Grande pela atenção a nós dispensada. Os diretores presentes do SinTECT/JFA foram França, Índio, Conceição e Reginaldo. Também houve a presença de um carteiro da cidade.



Por Reginaldo de Freitas,
diretor de Relações
Sindicais do SinTECT/JFA

A luta por um Correio público e de qualidade

Nós, do SINTECT/JFA, durante as setoriais, falávamos das dificuldades que encontraríamos nesta data base.

Como se não bastasse a crise econômica mundial, ainda vivemos uma crise política interna. Agravada por uma enorme denúncia de corrupção que envolve a própria ECT, POSTALIS e o nosso PLANO DE SAÚDE.

Alertamos a todos e a todas para a necessidade de uma mobilização intensa para enfrentarmos a ECT, pois a mesma tem divulgado prejuízos e mesmo redução na folha de pagamentos, bem como fechamentos de agências e redução de despesas em geral, alegando sugestão do DEST (Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais).

Quando no Senado a admissibilidade para continuação do Impeachment é aprovado, percebemos que os ataques à classe trabalhadora começam a acontecer de maneira mais intensa e atrevida. Ministérios importantes deixam de existir ou são fundidos tais como da Pesca, Cultura, Comunicação, entre outros.

O Diário do Nordeste noticia intenção do governo de abrir capital dos Correios e Casa da Moeda. O site www.brasil247.com noticia, além de privatizações e abertura de capital das empresas acima citada, apresenta ainda um rol de empresas na mira desta ação neoliberal que são: fatiamento em até 230 empresas do setor elétrico mais INFRAERO, DOCAS, CAIXA SEGUROS, IRB BRASIL, entre outras.

Não nos surpreendeu a “extinção” do AGU, até porque ministros que compõem o governo hoje, em número de sete são citados em delação, e, caso as investigações continuem, podem sofrer alguma punição, inclusive o presidente interino. Também não ficamos surpresos com o fim da investigação do caso de Furnas, que envolve senador e deputados de várias legendas da direita. Assim, temos que lutar para mantermos as conquistas e direitos, hoje ameaçados pela política fascista e neo liberal de arrojo e crueldade, que quer nos retirar os 30% de adicional, 70% das férias, anuênio, estabilidade, entre outros.

Portanto, companheiros e companheiras, temos que lutar com bravura para conter este atrevimento e mostrar aos golpistas fascistas que somos valentes e destemidos e que não iremos deixar que nos roubem a nossa “tranquilidade” e nossos empregos. As ruas falaram alto e nós, dos Correios, exigimos respeito e valorização.

LUTAREMOS POR UM CORREIO PÚBLICO E DE QUALIDADE.